

IMPERIALISMO, CRISE E EDUCAÇÃO.**– Editorial –**

Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Para Edmundo Fernandes Dias (Presente!!).

Este número de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate* foi projetado para ser publicado em entre maio e julho de 2012, trazendo uma avaliação do movimento do imperialismo no âmbito da crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação. Conseguimos concluir esta tarefa com um ano de atraso, atravessados pelas mais variadas dificuldades que necessitamos precisar e avaliar com maior profundidade neste Editorial. Parte importante deste atraso decorre da *intensificação do trabalho docente*. Os professores das IFES estão sendo engolidos pelas pressões do produtivismo, pela burocracia e pela perda do poder aquisitivo dos seus salários. As Universidades – impactadas pelo REUNI – estão operando com expansão do ensino e redução do corpo docente e técnico-administrativo. Esta situação impacta também aos marxistas que, pressionados pela conjuntura e pela intensificação do trabalho docente ficam impossibilitados de responder às várias demandas colocadas na atualidade, entre estas, aos convites para a produção de artigos, entrevistas, resenhas. Sob o impacto desta intensificação, explode em todo o país a maior e mais longa greve da história do movimento docente das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, iniciada em 17 de maio e encerrada em setembro de 2012, com adesão de 95% das IFES. Sob forte pressão, os três segmentos (professores, técnicos e estudantes) das IFES (90 Universidades e Institutos) pararam! Mantiveram mais de 120 dias de greve – em defesa de Universidade Pública e Gratuita – na forma da luta por carreira, salário e condições de trabalho. Os marxistas foram chamados à luta, envolvendo-se nos comandos locais e nacionais de greve. A Universidade brasileira parou e, nela, a produção do conhecimento – à qual *Germinal* está vinculada – assumiu o ritmo das demandas da luta por carreira, salário e condições de trabalho.

A análise do movimento do imperialismo na macroestrutura da economia política não pode prescindir de reconhecer o movimento da correlação de forças, dentro e fora das IFES, e os reflexos deste movimento nas relações de produção. Esta greve das IFES não ocorre isolada. Em 2012, de ponta a ponta do país, greves dos professores da educação básica pipocaram em diversos estados da federação, com destaque para os Professores da Educação Básica do Estado da Bahia do setor público e até mesmo do setor privado! De ponta a ponta do país, podíamos ouvir o brado “A educação parou!!!” em protesto contra a degradação dos salários e das condições de trabalho dos professores que expressam o projeto de formação da classe trabalhadora em andamento no Brasil. Para além da Educação, a greve estendeu-se por diversos segmentos dos setores públicos federais, estaduais e pelo setor privado: Policiais Militares, Policiais Federais e Rodoviários Federais de várias localidades; Bancários; Petroleiros; Construção Civil;

Rodoviários e Ferroviários; Funcionários das Embaixadas, dos Correios, da Receita Federal, do IBAMA, do IBGE, do DETRAN, das Agências Nacionais Reguladoras (ANATEL – Telecomunicações, ANEEL – Energia Elétrica, ANTAQ – Transportes Aquaviários). Até mesmo os servidores das agências que incentivam e controlam o produtivismo acadêmico: CAPES e CNPq, fizeram greve. O ano de 2012 evidenciou a reação dos trabalhadores dos setores públicos e privados – em todo o mundo – às pressões do grande capital na caça aos direitos historicamente adquiridos: reposição salarial abaixo dos índices inflacionários, reformas na previdência, caça ao direito de greve dos servidores públicos com a produção, pelo governo brasileiro, da Lei de Greve do Setor público.

Durante o movimento de greve evidenciam-se os interesses em disputa: o Governo brasileiro move-se para atender, internamente, à toda a cadeia da indústria da construção civil direcionando todos os recursos ao custeio e infraestrutura para os megaeventos esportivos. Sem deixar de manter as políticas assistenciais aos segmentos que lhe garantem a reeleição, o governo atinge estes mesmos setores, quando, rebaixando os salários e o custeio da educação pública, rebaixam as condições históricas que possibilitam a elevação da formação da classe trabalhadora comprometendo a já precária qualidade da educação pública e empurrando aos trabalhadores para as garras famélicas das instituições privadas de ensino e dos bancos nos quais os trabalhadores se endividam para custear a sua educação.

Este Editorial para um número que trata de *Imperialismo, Crise e Educação* não pode deixar de referir-se às pressões para que os periódicos (portanto, autores e editores) se enquadrem nas regras Qualis CAPES que não são acompanhadas de uma política de custeio transparente e isonômica. Um periódico necessita de uma estrutura mínima de secretaria que tem que ser viabilizada por recursos públicos. Nos últimos três anos estivemos nos preparando para concorrer ao Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES n.09/2012 do CNPq, mas, para nossa indignação, as regras restringiam a inscrição aos periódicos cadastrados em indexadores como ISI (Thomson Co.), Scopus (Elsevier), PubMed (US National Library of Medicine) ou Scielo.

Sob estas pressões micro e macro, em movimento contraditório e dialético que é necessário avaliar, Germinal sobrevive do compromisso, da esperança e da paciência dos veteranos e dos jovens pesquisadores que buscam adequar-se a duríssimas condições para a produção de ciência e tecnologia neste país. Sobrevive da convicção de seus editores sobre a necessidade de estimular aos intelectuais brasileiros e latino-americanos a uma reflexão teórica rigorosa que expresse a necessidade objetiva de explicar o movimento da conjuntura em perspectiva materialista e dialética da história.

O número que colocamos no ar neste mês de maio de 2013 traz, na Seção *Debate*, as contribuições de Marcos Vinícius Pansardi e Adriana Almeida Sales de Melo. Pansardi, no artigo *Relendo Lênin: um balanço do debate contemporâneo sobre o imperialismo*, recupera o conceito de imperialismo no debate teórico clássico e contemporâneo, acompanhando o seu desenvolvimento ao longo do século XX e XXI, concluindo que a "teoria do imperialismo demonstra a riqueza das formulações clássicas e como conceitos desenvolvidos à quase cem anos ainda continuam a ser úteis para compreender o presente, o que significa entender que as mudanças no capitalismo não significam a mudança do capitalismo". Melo, no artigo *Educação brasileira e estratégias*

de sobrevivida do capitalismo, estabelece relações entre a crise do capital, as reestruturações econômicas e seus reflexos na política educacional, necessários à sobrevivência do capitalismo, procurando perceber as semelhanças e diferenças entre a crise de hoje e a crise de ontem. A autora destaca que a crise dos anos 70 trouxe “uma nova divisão internacional entre capital e trabalho, com mudanças irreversíveis na correlação de forças mundiais”. Acompanhando a crise desde o foco de sua deflagração (crise do petróleo nos anos 70) até as reformas na política educacional direcionadas à profissionalização e à comercialização do conhecimento, a autora destaca o lugar da educação no processo de sociabilização dominante no século XXI destacando que “As estratégias cada vez mais potentes de sobrevivida do capitalismo também impulsionam a resistência e os múltiplos movimentos de contra-hegemonia”, tonando-se urgente “Tornar claro nosso projeto de sociedade e, especificamente, de educação” como “uma necessidade nos movimentos de construção de contra-hegemonia”.

Na Seção *Artigos*, temos *Expansão da educação superior pós-LDB de 1996 e constituição de oligopólios transnacionais no estado do Pará*, de Pedro Henrique de Sousa Tavares e Olgaises Cabral Maués; *A precarização do trabalho docente no contexto da reorganização capitalista e das mudanças na legislação educacional brasileira pós 1990* de Luciane Francielli Maroneze; *Subalternos e periferias: uma leitura a partir de Gramsci*, de Giovanni Semeraro; *Sobre o método em Marx*, de Gustavo Martins Piccolo e Enicéia Gonçalves Mendes; *A formação política de militantes do MST: relatos de pesquisas*, de Suely Aparecida Martins e Franciele Soares dos Santos; *Contra uma formação para uma educação em direitos humanos*, de Alexandre Marinho Pimenta; *Transformação social, educação emancipatória e escola pública*, de Rubens Luiz Rodrigues; *Concepções de educação na educação do campo: elementos para uma crítica necessária*, Mauro Tilton; *Perspectivas de estudos sobre a formação do sem-terra: o uso das categorias do universal, particular e singular*, de Fátima Moraes Garcia.

A entrevista deste número é com Martin de Moraes, que nos traz – com propriedade teórico-conceitual a partir da obra clássica de Marx, Engels e Lenin – um balanço do imperialismo no Oriente Médio e na América Latina. Neste processo, recupera os conceitos clássicos, debate os modismos na produção de categorias que mascaram as explicações clássicas, retoma as categorias centrais de *O capital* para recordar as características da produção do valor no capitalismo de hoje, questionando o conceito de crise estrutural. A partir desta constatação, analisa a conjuntura do avanço do neocolonialismo, destacando a OTAN como o principal órgão de representação e intervenção imperialista, retomando a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas para impulsionar a revolução conduzida por um partido de base operária. Em uma avaliação lúcida, constata que as explosões entre os trabalhadores do mundo “expressam justa cólera dos setores mais discriminados da população, mas são espasmódicas”, não se constituindo como uma ação de classe organizada. Orienta: “Não há atalho para a revolução social. Onde a importância da rearticulação das forças anticapitalistas em partidos que retomem crítica, mas construtivamente o legado comunista”. Sobre os desafios e as tarefas para os intelectuais, conclui: “Aprofundar a análise das conexões entre lutas de massa, democracia e socialismo. Lutar contra a monopolização dos grandes meios de comunicação social pelos magnatas do capital. Determinar as medidas de transição que assegurem o controle público do sistema financeiro. Denunciar as guerras

neocoloniais movidas pela OTAN. Promover uma discussão concreta e crítica, sem fórmulas apriorísticas, das causas da derrocada da URSS”.

Na Seção *Documento Clássico*, trazemos *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Vladimir Ilich Lenin, seguida, na Seção *Resenha*, da contribuição e desafio assumido pelo jovem pesquisador Ricardo Adriano de Andrade de analisar esta obra clássica.

Na Seção *Resumos*, temos as Dissertações de Márcia Morschbacher (*Reformas curriculares e a formação do (novo) trabalhador em Educação Física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil*); Hedgard Rodrigues da Silva (*A prática social do lazer e a emancipação humana: um estudo à luz da ontologia do ser social*); Flavia de Figueiredo Lamare (*Avanços e contradições nas políticas de formação de professores no Brasil contemporâneo: o caso do PROINFANTIL*) e Maria Fernanda Silva (*Política de qualificação para o setor Sucroalcooleiro: uma crítica aos limites do estado moderno*).

No conjunto, o número recupera o debate clássico e analisa, no quadro de crise, os processos de reestruturação da educação e as demandas colocadas para os movimentos sociais no período. Padece, entretanto, de limites importantes na análise do quadro atual da correlação de forças, indicando tendências e possibilidades abertas na contradição que se faz entre os impérios em crise, a intensificação da exploração da força de trabalho, a retirada de direitos e a reação mundial da classe trabalhadora que se expressa, sob as mais variadas formas, ainda no ano de 2012, em várias localidades do mundo. Em especial, *Germinal* fica devendo a seus leitores, uma análise do avanço e resistência ao imperialismo na América Latina, especialmente após a morte de Hugo Chaves.